

## GOVERNO CINEMATOGRAFICO

Liliana Valente/coordenadora e politica

O título deste Curto que lhe entrego hoje de manhã vai beber a uma entrevista de um dos nossos pensadores mais interessantes e com maior capacidade de leitura global. “São líderes que se mantêm no poder através **de ‘presidências cinematográficas’**: **o Governo não interessa, o que interessa é ter um episódio novo todos os dias**. Voltamos à cultura do pós-verdade, criando momentos cinematográficos que mantêm o eleitorado convencido de que as coisas estão a mexer e a correr bem. Isso já aconteceu na História e voltará a acontecer. É um momento muito intrigante e desafiador para os moderados de centro, esquerda e direita, que terão de se reinventar politicamente, sob pena de sofrerem atrocidades eleitorais”.

Li esta resposta do professor [Miguel Monjardino](#) na mais recente edição da revista LER, que recomendo, e fiquei ali parada a pensar naquela imagem. É o que sinto nos últimos meses. Há uma criação, mais premeditada do que voluntária, de “momentos cinematográficos” na política portuguesa que nos vão ‘entretendo’ todos os dias. Para uns, isso significa que “as coisas estão a mexer e a correr bem”. Para outros, transformam-se em **indignações sucessivas e justificadas**, por ser dificultado ou mesmo impedido um escrutínio apurado e aturado dos poderes públicos.

Os casos sucedem-se sem que tenhamos mastigado o anterior e absorvido todo o seu impacto. A realidade e a política exigem respostas que são complexas, demoradas, estudadas, não podem ser simples, baseadas em “ouvi dizer que” ou “até conheço um caso que”. E no entanto, é nisto que estamos:

1 - **Lei dos Estrangeiros** está no [Constitucional](#), com o Presidente da República a dizer para toda a gente ouvir que **“discorda politicamente” da legislação**, além de duvidar constitucionalmente dela de uma ponta à outra. Não sem antes dizer que os números da imigração não batem certo (numa guerra [INE-AIMA que ficou pendurada](#)) e os dados do reagrupamento familiar (que esta lei visa reduzir substancialmente) levantam dúvidas;

2 - Ainda estávamos todos a falar da **disciplina de cidadania e da [educação sexual nas escolas](#)**, uma medida prometida com base em estudos, como deviam ser todas, que ainda não apareceram e feita com base em casos que o ministro da educação não conseguiu nomear, e o Governo logo nos avisou que era apenas só mais um assunto;

3 - Na outra semana, ao cair do pano de julho, a ministra do Trabalho decidiu entregar um [anteprojeto de alteração às leis laborais](#) com mudanças a 101 artigos (muitos para cumprir o papel de nos deixar a todos assoberbados com tanta informação que fica

mais difícil falar de um a um em profundidade). Logo saltaram várias medidas que levantaram ondas de indignação, muitas por serem incompreensíveis e até estigmatizantes. Abro aqui uma chaveta:

**Luto gestacional:** a revogação do luto gestacional, [integrando-o numa licença que já existe](#) e que não é para a mesma coisa nem tão prática de obter. Quantas pessoas abusaram deste direito apetecível (alerta ironia) que é ter 3 dias pagos pelo empregador por ter perdido um filho no ventre, que justifiquem acabar com um direito para alguém que está a sofrer? Não sabemos.

**Restrições ao horário reduzido para [amamentação](#):** Ficámos a saber, pela entrevista que a senhora ministra do Trabalho, Maria da Palma Ramalho, [deu ao JN e TSF](#) que afinal, todos conhecemos casos de mulheres, essas mandrionas, que amamentam filhos até à escola primária para terem horário reduzido. Quantas? Não sabemos. Mas sabemos, por exemplo, que em 2024 [foram despedidas cinco grávidas por dia](#) e sobre como as proteger não reza o anteprojeto.

**Redução de recusa de trabalho para pais de menores:** Com as alterações apresentadas, os pais de menores até aos 12 anos podem perder o direito a recusa de trabalho noturno ou ao fim de semana. Porquê? O [Público conta-nos esta terça-feira](#) que é uma medida que não podia ser identificável nem no programa eleitoral nem no de Governo, podendo ir até contra o que foi debatido em campanha. Não é a primeira medida que não sufragada, como nos tinha contado o Vítor Matos: ["O que escondeu o Governo na campanha, mas agora promete que vai fazer?"](#)

Há mais e variadas medidas no pacote laboral, que iremos analisar ao longo das [próximas semanas](#). O que é certo é que esta reforma está a deixar os [patrões com vontade de pedir mais](#) e a [oposição à esquerda a mandar as mãos à cabeça](#). Para fazer passar algumas destas medidas no Parlamento, o Governo não conta com o PS e também não parece contar com o Chega, como [nos diz a Paula Caeiro Varela](#).

A avalanche foi tal que, enquanto isto acontece, não falamos de uma parte importante e impactante na reforma das leis laborais, como a **alteração dos prazos dos contratos a termo (dar mais um ano de contrato a prazo não é dar mais segurança aos trabalhadores, é prolongar por mais um ano uma situação de precariedade)** ou uma, que é particularmente sensível para uma larga franja da sociedade: **o fim da criminalização do trabalho não declarado**. Uma medida que permitiu a milhares de trabalhadoras domésticas regularizarem a sua situação e poderem ter descontos mais condizentes para a Segurança Social. **É voltar ao trabalho desregulado, de portas abertas e à informalidade laboral nas casas portuguesas.**

Pelo meio, temos incêndios e queixas de que os meios aéreos não chegam a tempo (além de o dispositivo não estar completo), relatórios sobre a greve do INEM e como isso pode ter contribuído para a morte de várias pessoas; urgências de obstetrícia fechadas... uff! E ainda agora começou agosto.

Num dos episódios do podcast [“Enredados”](#), de Mafalda Anjos para a Antena 1 (os meus parabéns com um dia de atraso à rádio pública que fez 90 anos), o insuspeito Paulo Portas dizia e bem que vivemos a cada meia-hora com uma nova indignação, perdendo a visão periférica, sem conseguirmos olhar para o conjunto da realidade e esquecendo-nos do que nos indignou. Vivemos em permanente indignação efémera. Parecemos um “enxame” (Paulo Portas sugerir a leitura do livro [“No Enxame, Reflexões sobre o digital” do germano-coreano Byung-Chul Han](#)) que se move digitalmente, e se manifesta sem sair do conforto do seu telefone ou do seu computador.

E é neste estado de permanentes indignados digitais que nos relacionamos com um governo “cinematográfico”, que nos dá filmes a cada hora para não vermos a big picture. Mas inevitavelmente ela chegará e aí perceberemos que fomos enredados?